



QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?

**Volta às aulas****denuncia****descaso com a****segurança sanitária**

**Luta das e dos docentes das Universidades Estaduais e Municipais ganha força com lançamento de campanha pela valorização dessas instituições.**

***Pág. 4 e 5***

**Estratégias de resistência e enfrentamento às intervenções do governo Bolsonaro nas IFES são discutidas em encontro nacional da categoria.**

***Pág. 10 e 11***

# Universidades Públicas Brasileiras: quem conhece, defende!

**M**ari, uma estudante negra, é a personagem da campanha nacional "Universidades Estaduais e Municipais: quem conhece, defende", que foi lançada neste mês de maio pelo Setor das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (Iees/Imes) do ANDES-SN. A jovem personagem nos alerta sobre o papel fundamental da educação pública para aqueles e aquelas que mais necessitam, ou seja, os filhos e as filhas da classe trabalhadora, a qual, no Brasil, é majoritariamente negra. Esta campanha inicia no bojo de várias lutas empreendidas por docentes das instituições estaduais e municipais de ensino superior públicas, que reivindicam melhores condições de trabalho, valorização salarial, mais financiamento público e concursos públicos, e em defesa da autonomia universitária.

O Setor das Instituições Federais de Ensino (Ifes) também segue se mobilizando em várias frentes, reiterando a necessidade de mobilização no sentido da construção da greve dos Servidores Públicos Federais (SPF), e fortalecendo a luta contra as intervenções nas IES. Nos dias 11 e 12 de maio estivemos reunidos em Brasília (DF) com mais de 30 seções sindicais, com entidades da educação e representantes de reitores (as) eleitos (as) e não empossados (as), debatendo a

autonomia, a democracia e as diversas expressões do autoritarismo na realidade das nossas instituições sob intervenção, no encontro "Universidades, Institutos e Cefets na luta contra as intervenções". Um enfrentamento que não se encerra neste encontro, se não que nos anima para avançarmos na organização da nossa luta para que as eleições para reitores (as) se iniciem e se encerrem em nossas instituições e para garantir que Reitores (as) eleitos (as) sejam empossados (as).

Neste InformANDES encontramos, ainda, o relato de professores e professoras que estão à frente das diversas seções sindicais e que mostram a realidade da retomada das atividades presenciais e as disparidades de protocolos, bem como, as várias dificuldades enfrentadas nas IES devido aos cortes orçamentários e, com isso, o impacto na permanência estudantil.

Entre os meses de abril e de maio, também se destacou a participação do ANDES-SN em espaços internacionais desde o âmbito sindical e da educação, orientados pelas deliberações do 40º Congresso do Sindicato Nacional, que tem como perspectiva fortalecer nossa política sindical internacionalista. Estivemos em Dijon, na França, no V Encontro da Rede Sindical de Solidariedade e de Lutas, onde

foram discutidos temas que priorizaram reforçar o sindicalismo de lutas, de forma democrática, ecologista e anticapitalista, contra todas as formas de opressão.

Já em Roma, na Itália, o ANDES-SN participou do 39º Congresso Federação Sindical Mundial, entre os dias 5 e 7 de maio, espaço internacional que teve como objetivo atualizar e discutir, entre outros temas, os princípios da luta de classes, o internacionalismo e solidariedade entre trabalhadoras e trabalhadores, liberdades democráticas sindicais. Ainda, em Barcelona, na Espanha, se reuniram representantes de mais de 100 países, entre 18 e 20 de maio, para a Conferência Mundial de Educación Educación Superior da Unesco. No entanto, não houve convocação dos sindicatos e nem dos movimentos sociais defensores da educação pública, por isso, foi realizado um ato com diversas entidades internacionais, dentre elas o ANDES-SN, que se manifestaram em frente ao local do evento.

Não nos faltam motivos para seguirmos em luta e intensificarmos nossa mobilização, apontando as contradições da realidade das nossas condições de trabalho e de estudo, e fortalecendo nosso sindicato como instrumento fundamental para a defesa da educação pública no Brasil. Que a personagem Mari anime nossas lutas!



## EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: [www.andes.org.br](http://www.andes.org.br) // E-mail: [imprensa@andes.org.br](mailto:imprensa@andes.org.br)

Diretora Responsável: Francieli Rebelatto

Edição e Revisão: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

Coordenação de Pauta: Bruna Yunes DrT 9045/DF

Jornalistas: Bruna Yunes, Luciana Sendyk, Luís Andrade, Renata Maffezoli

Diagramação, arte final e finalização: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Banco de Imagens



## RAZÕES PARA ADERIR À GREVE COM O CONJUNTO DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO SERVIÇO PÚBLICO:

1

As servidoras e os servidores públicos no Brasil já acumulam perdas salariais na ordem de 49,28%. Ou seja, não houve, nos últimos cinco anos, qualquer reposição da inflação;

2

Os salários estão congelados e defasados, em um contexto de inflação galopante;

3

O expressivo aumento da inflação no governo Bolsonaro já acumula 19,99%. E é justamente esse percentual que as e os servidores estão buscando, de forma emergencial;

4

Lutar pela revogação da Emenda Constituição 95/2016 é uma das pautas da categoria. Afinal, com o fim do Teto dos Gastos, os investimentos em serviços públicos poderão ser retomados;

5

Manter a pressão pelo total arquivamento da PEC 32, a contrarreforma administrativa, que pretende, entre tantos ataques, privatizar o serviço público no Brasil;

6

Exigir que o processo de negociação seja aberto urgentemente. Só assim será possível ter garantias para saber em que condições se darão os acenos do governo federal para o reajuste;

### POR FIM:

7

As servidoras e os servidores públicos podem fazer greve! A base legal reside na Constituição Federal e nas demais normas legais existentes, além de decisões tomadas no Supremo Tribunal Federal (STF);

8

A própria Lei de Greve, cuja aplicação ao servidor público é aceita pelo STF, expressamente protege o grevista da demissão no artigo 7º, parágrafo único. A possibilidade de corte de vencimentos durante a greve é sempre decidida caso a caso, dependendo da motivação da greve, da categoria envolvida, e de outras circunstâncias, no caso do movimento docente o compromisso com a reposição das aulas;

9

A greve é um instrumento coletivo de pressão, de forma que o acatamento das deliberações da assembleia e do comando de greve é fundamental para a eficácia do movimento. Não se intimide com as pressões e ameaças que serão feitas pelo governo. A greve é um direito legítimo e, durante este período, o empregador não pode impor exigências ao empregado, já que a relação está temporariamente suspensa.



O caminho para abrir a mesa de negociação e conquistarmos o reajuste de 19,99% não pode ser outro a não ser intensificar as mobilizações também da categoria docente. É preciso unidade e adesão de mais categorias à greve, agregando aos setores que já se encontram paralisados.

# Docentes das Iees e Imes lutam por salários, carreira, financiamento público e autonomia universitária



Foto: ASCOM/ADUSB

Docentes das Estaduais da Bahia em luta

Em todo o país, docentes das instituições estaduais e municipais de ensino superior públicas têm realizado lutas incessantes por melhores condições de trabalho, valorização salarial, por mais financiamento público e por concursos públicos, e em defesa da autonomia universitária.

No Paraná, as e os docentes continuam em luta permanente contra os efeitos da Lei Geral das Universidades (LGU), aprovada no final do ano passado, que traz sérios ataques à autonomia universitária e à contratação de novas professoras e professores nas instituições. Docentes das estaduais de Maringá (UEM), de Londrina (UEL), do Paraná (Unespar), de Ponta Grossa (Uepg), do Oeste do Paraná (Unioeste) e do Centro Oeste (Unicentro) também têm realizado protestos, junto com demais categorias do funcionalismo estadual, para exigir a reposição integral das perdas salariais, em mais de 35%.

Já no Ceará, docentes das universidades estaduais têm denunciado a tentativa do governo do estado de realizar concurso público sem dedicação exclusiva (DE) e sem garantias efetivas de cotas para pessoas negras e com deficiência. Segundo representantes das seções sindicais

das universidades estaduais do Ceará (Uece), do Vale do Acaraú (UVA) e da Regional do Cariri (Urca), o concurso é uma grande ameaça ao tripé ensino, pesquisa e extensão, princípio garantido na Constituição Federal.

Ademais, professoras e professores protestam contra a infraestrutura precária nas instituições, fragilização da carreira docente, perda salarial e, ainda, o congelamento dos processos de progressão da carreira. A categoria tem realizado diversas manifestações em solenidades de inauguração de novos campi das universidades e outras obras, em frente ao Palácio do governo e, agora, se prepara para um novo ato no dia 27 de maio, em frente à Assembleia Legislativa.

Na Bahia, a categoria docente das universidades do Estado da Bahia (Uneb) e das estaduais de Feira de Santana (Uefs), do Sudoeste da Bahia (Uesb) e de Santa Cruz (Uesc) têm feito diversas mobilizações pela reabertura da mesa de negociação com o governo, por reajuste salarial, em defesa do Estatuto do Magistério e contra os cortes orçamentários. No dia 27 de abril, as seções sindicais do ANDES-SN realizaram um dia de paralisação das atividades docentes e um ato público, em

Salvador (BA), pela valorização da carreira docente e da educação pública superior. Além disso, as e os docentes lutam contra o projeto local do “Escola sem Partido”, as falhas referentes à aplicação da Lei de Cotas em concursos públicos e a falta de técnicos e técnicas nas universidades.

Em Minas Gerais, as e os docentes das universidades estaduais públicas sofreram um duro ataque do governo estadual, que acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) para não cumprir com a nova lei de reajuste salarial das trabalhadoras e dos trabalhadores do serviço público estadual. A categoria segue em mobilização, em unidade com o funcionalismo público do estado, pelo cumprimento da lei. Em março, docentes das universidades estaduais de Minas Gerais (Uemg) e de Montes Claros (Unimontes) realizaram greve, cobrando o cumprimento de acordo firmado em 2016 e também por reajuste salarial, investimento na infraestrutura das universidades e por melhores condições sanitárias. Como retaliação, as e os grevistas da Unimontes tiveram parte da remuneração cortada. A Associação dos Docentes da Unimontes (Adunimontes - Seção Sindical do ANDES-SN) informou que buscou diálogo com a

reitoria sobre os critérios para os cortes, sem respostas, e entrou com uma ação judicial reivindicando a devolução dos valores descontados nos contracheques.

Já as e os docentes da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern) conquistaram um novo Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações (PCCR), em março. Fruto de muita luta da categoria docente, o PCCR foi elaborado por uma comissão composta por representantes do sindicato, reitoria da Uern e governo do estado. Os valores para a sua implantação já estão previstos no percentual repassado pelo governo para a universidade, que conquistou autonomia financeira em dezembro de 2021, o que garantirá melhores orçamentos para a universidade. Apesar das vitórias, a categoria ainda luta para reverter o arrocho salarial de quase uma década e garantir que o Plano seja respeitado em sua totalidade.

No Piauí, as reivindicações por melhores condições de trabalho, estudo, carreira, salários e ampliação do quadro docente na Universidade Estadual do Piauí (Uespi) continuam. Segundo a Associação dos Docentes da Uespi (Adcesp SSind.), a defasagem salarial da categoria já acumula uma perda superior a 55%, com quase oito anos sem reajuste. No mês de abril, as e os docentes organizaram aulas públicas para tratar sobre as condições de ensino e trabalho na instituição, defeitos na estrutura física dos campi, assistência estudantil, transporte, entre outros temas.

Manifestações também foram feitas pela comunidade acadêmica em Oeiras para denunciar a ausência de transporte público para chegar ao campus e os riscos que essa ausência traz para a comunidade que estuda e trabalha, principalmente, no turno da noite.

No Pará, após anos de luta, docentes conquistaram a atualização no plano de carreira da Universidade do Estado do Pará (Uepa). Com isso, as portarias de progressão para professoras e professores, que concluíram o doutorado, estão sendo publicadas. A categoria continua na luta por reajuste salarial, melhores condições de trabalho e mais investimentos para a Uepa.

No Rio de Janeiro, as e os docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) lutam em defesa dos triênios e da sua incidência sobre o regime de trabalho com DE, a democratização das gratificações, a recomposição salarial e a efetivação no pagamento dos auxílios saúde, transporte e educação, além de investimentos na infraestrutura dos campi. Recentemente, foi instalada a Comissão de Direitos Docentes da Associação dos Docentes da Uerj (Asduerj SSind.), que terá como a principal tarefa articular as reivindicações internas da categoria às pautas de luta conjuntas encaminhadas pelo Fórum Permanente dos Servidores Públicos do Rio e movimento sociais, por exemplo. Para Rosineide Freitas, da coordenação nacional do Setor das Iees/Imes do ANDES-SN, é necessário mostrar para toda a sociedade a luta encampada pelas instituições de ensino superior

estaduais e municipais públicas em defesa da educação pública e os ataques históricos promovidos por governos e prefeituras. “Entre os meses de maio e junho estaremos com ações de mídia no ar, com vídeos que alimentarão a defesa da educação pública de qualidade, mostrando o pioneirismo das instituições na construção das políticas de cotas, no processo de interiorização do ensino superior nos estados brasileiros, no trabalho realizado nos estados e municípios, no que se refere à pesquisa, extensão e o papel na formação de professoras e professores para as redes Estaduais e Municipais de ensino”, contou.

“Ao mesmo tempo, faremos a denúncia sobre o projeto de desfinanciamento das Iees e Imes, operado por governadores e prefeitos, os ataques às carreiras, na dimensão da Dedicção Exclusiva; o travamento de progressões e promoções, a não realização de concursos públicos; os ataques ao salário e a luta pelo reajuste; e lutaremos por melhores condições para o retorno presencial”, acrescentou a diretora do Sindicato Nacional, que ressaltou ainda os impactos nefastos das bases nacionais comum para a Formação (BNC) e Curricular (BNCC) e, também, a luta pelo fim da lista tríplice nas universidades.

### Campanha de valorização do setor é lançada durante Semana de Lutas das IEEs/IMES

Diante da escalada de ataques e retrocessos, as e os docentes realizaram, entre 23 e 27 de maio, a Semana de Lutas das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior públicas (Iees/Imes).

Reconhecida pelo seu contexto histórico, a semana ocorre, geralmente, em maio, mês no qual as assembleias legislativas votam suas Leis Orçamentárias Anuais.

Este ano, durante a semana, o setor lançou a campanha em Defesa das IEEs/IMES, que tem como slogan “Universidades Estaduais e Municipais: Quem conhece, defende!”, e que apresentou a personagem Preta Mari, uma influencer, jornalista formada por uma estadual e que será o rosto dessa jornada na defesa dessas instituições.

A semana ainda contou com o lançamento de podcast sobre a Financeirização nos Regimes Próprios de Previdência Social nos estados, com a participação da professora Sara Granemann (UFRJ), e o Painel Virtual sobre as “As lutas atuais do Setor das Iees/Imes”, no dia 26 de maio. A campanha estará no ar durante todo o mês de junho e trará mais materiais em vídeos, que poderão ser acessados nas redes sociais do Sindicato Nacional.

Tanto a Semana de Lutas quanto a Campanha são deliberações do 40º Congresso do ANDES-SN, ocorrido este ano em Porto Alegre (RS).



Docentes da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte em uma das mobilizações realizadas este ano

# Instituições retomam atividades presenciais, mas muitas sem estrutura adequada

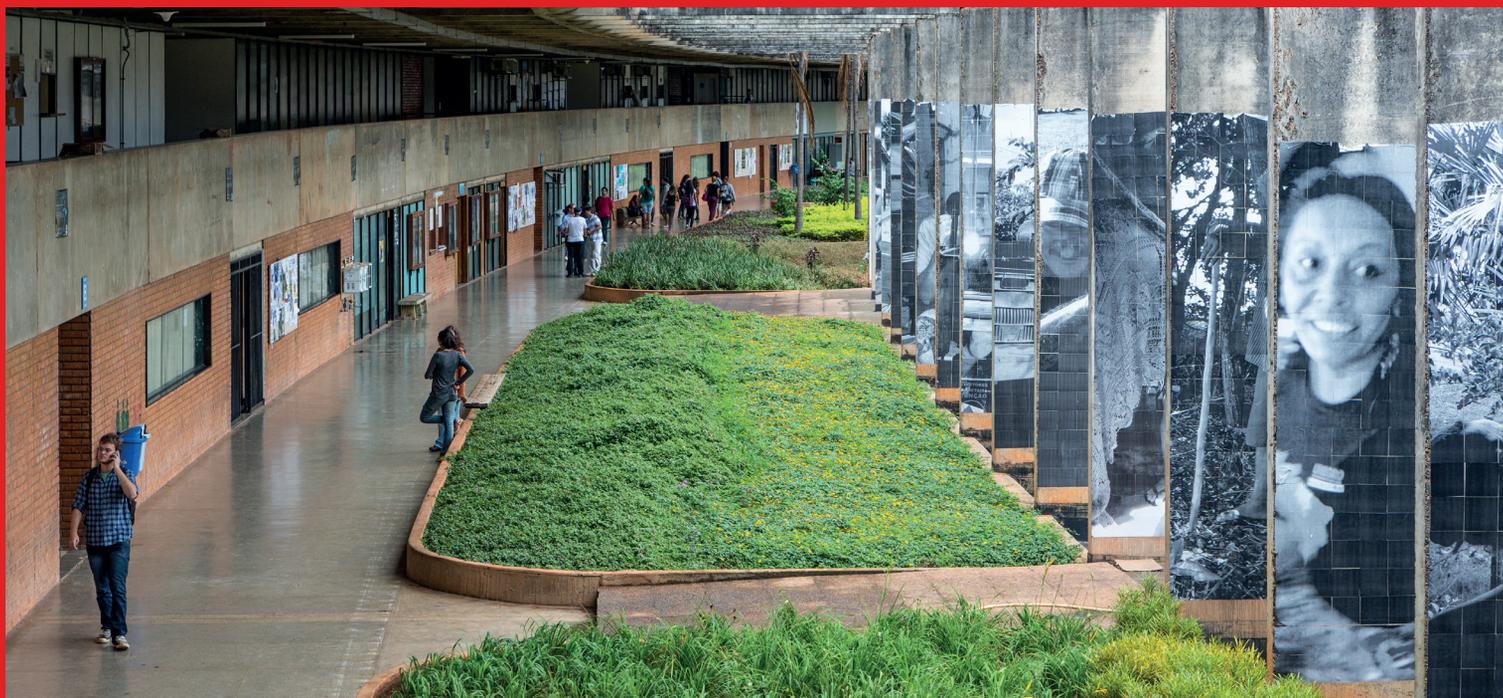


Foto: SHUTTERSTOCK

**D**esde o início da pandemia de Covid-19 no país, em março de 2020, as universidades, institutos federais e cefets foram adotando o Ensino Remoto Emergencial (ERE), como forma temporária de manter as atividades acadêmicas. Dois anos depois, com a maioria da população vacinada contra o coronavírus, com pelos menos duas doses, as instituições começam a retomar o ensino, pesquisa e extensão presenciais. Algumas poucas retomaram em 2021.

Durante o ensino remoto, as e os docentes acumularam além de mais trabalho, os custos da estrutura em suas casas e o desgaste, físico e emocional, das sobrecargas impostas por esse modelo. Agora, na tão aguardada volta para a sala de aula, se deparam com outro desafio.

“É importante dizer que as universidades estão em momentos diferentes de retorno presencial. Temos IES que retornaram desde 2021 e outras que ainda retornarão no segundo semestre, embora num número menor. Diverso também é o quadro das condições sanitárias para o retorno. Universidades que tomaram medidas de acordo com Comissões locais que foram criadas para esse fim; outras não criaram, e ainda outras que funcionaram para estabelecer medidas, mas que não estão monitorando o retorno. Há denúncias de descaso com a segurança sanitária. Um elemento importante é a necessidade de levantar contágio após o retorno e não temos identificado essa medida”, afirma Regina Ávila, secretária-geral do ANDE-SN.

A diretora do Sindicato Nacional ressalta, que, no entanto, é generalizada a constatação do estado precário das instituições no que se refere à manutenção e condições adequadas para as atividades acadêmicas - resultado do corte dos orçamentos. Regina aponta ainda o desmonte da assistência e permanência estudantil, com redução de acesso aos restaurantes universitários, diminuição nos valores e quantidade de bolsas, que tem resultado em uma alta evasão escolar.

“Além disso, [sofremos com] o escandaloso aumento do custo de vida, que incide sobre a moradia e transporte de estudantes. É fundamental trabalharmos com o plano sanitário e levantarmos os dados de retorno para nossa agenda de lutas”, afirma.

As instituições públicas, que já enfrentavam cortes orçamentários e condições precárias, estão com menos recursos e ainda mais precarizadas. Muitas não conseguiram adequar suas estruturas para manter o distanciamento entre estudantes nas salas e laboratórios, bem como fornecer máscaras, álcool em gel e outras medidas sanitárias para garantir segurança da comunidade escolar.

Além disso, docentes reclamam da falta de protocolos e normas nas instituições para que o retorno e as medidas adotadas sejam uniformizados entre departamentos e unidades. É o caso da Universidade Federal de Pelotas (Ufpel).

“A Ufpel, o que havia sido acertado com a seção sindical, até dezembro do ano passado, é

que apenas as disciplinas práticas, principalmente dos cursos de medicina, odontologia, enfermagem iriam voltar, com todos os cuidados. Enfim, havia todo um planejamento para isso. E o que houve? Vários professores, no início do semestre, resolveram fazer seu retorno. Não houve uma organização da coletividade, e sim de alguns cursos que se sentiram seguros para voltar”, relatou Regiana Willer, presidenta da Associação dos Docentes da Ufpel – Seção Sindical do ANDES-SN (Adufpel SSind.).

De acordo com a docente, não houve organização, nem por parte da reitoria nem por parte de cada centro, para que as unidades se adequassem, para que houvesse cuidados. “A princípio, a universidade só retornaria presencialmente em junho, mas agora ficou uma decisão individual. Isso é muito ruim, porque voltar todos nós queremos”, afirmou.

No dia 19 de maio, a seção sindical se reuniu com a reitoria para tratar das medidas sanitárias que serão implementadas na instituição, para garantir o retorno presencial seguro, previsto, integralmente, para a partir de 1º de agosto. Foi apontada a necessidade de adequação das salas de aula e laboratórios, para melhor ventilação, por exemplo. E, ainda, a dificuldade de controle do passaporte vacinal das pessoas que transitam pela universidade.

A situação na Ufpel não difere do vivenciado em quase todas as outras universidades federais e estaduais, institutos federais e cefets. Além de muitas não respeitarem o acordado com as entidades representativas da comunidade

universitária, outra dificuldade em estabelecer, e fazer cumprir, um plano de retorno que atenda às demandas da comunidade universitária passa pela restrição orçamentária. Os cortes nos recursos repassados às Ifes, aprofundados pelo governo Bolsonaro no último período, dificulta a realização de reformas e adequações nos prédios, bem como fornecimento de álcool em gel, máscara entre outros, além de pessoal para controle dos passaportes vacinais.

Na Universidade Federal do Maranhão (Ufma), por exemplo, alguns cursos também já retornaram às atividades presenciais. De acordo com Antonio Gonçalves, docente da área de Medicina da Ufma, foi decidido, a partir de uma resolução do Conselho Universitário, que as unidades teriam autonomia para elaborar, localmente, conforme as suas peculiaridades, as exigências necessárias. “No nosso caso específico, a gente estabeleceu o passaporte vacinal, e dentro de um ambiente controlado”, contou.

A Ufma deu início ao retorno presencial em 11 de abril das atividades de estágio e componentes práticos, exigindo o passaporte vacinal de toda a comunidade. As coordenações de curso de graduação, a partir de 31 de maio, deverão executar o retorno presencial planejado aos espaços de sala de aula, até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos componentes curriculares teóricos do curso, conforme aprovado em Colegiado. Há a sinalização de retorno presencial 100% no segundo semestre.

“A Apruma [Seção Sindical do ANDES-SN] tem sido um polo muito combativo dentro da instituição, na defesa da garantia do retorno presencial, primeiro como um direito a ter aulas presenciais, pois a política que nós defendemos no sindicato é do ensino presencial como preferencial, mas de forma segura, com todas as medidas de segurança sanitária. A nossa preocupação está no sentido de garantir condições para esse retorno presencial, mas também ao retornar presencialmente que possamos garantir condições para o monitoramento, seja com acompanhamento de boletins epidemiológicos, número de casos, notificações e também a testagem regular para que não tenhamos nenhuma surpresa. É muito importante que se tenha esse plano de retorno com segurança, e também de acompanhamento”, ressaltou Gonçalves.

Nas universidades estaduais, a categoria docente enfrenta desafios semelhantes. Na Bahia, as quatro instituições já retornaram às atividades presenciais. Na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), o retorno presencial foi discutido e aprovado no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe).

Segundo Alexandre Galvão, presidente da Associação de Docentes da Uesb Seção Sindical

do ANDES-SN, a Adusb SSind. fez assembleia e aprovou o retorno presencial condicionado à exigência do passaporte vacinal, ao uso obrigatório de máscaras e ao distanciamento social. Além disso, a universidade deveria garantir banheiros e totens adequados para higienização das mãos e salas com ventilação adequada. As demandas foram apresentadas ao Consepe e foram atendidas. No entanto, nem todas estão sendo garantidas.

“A universidade apresentou problemas com a ventilação dos espaços em um primeiro momento. Álcool em gel e máscaras não foram distribuídos para a comunidade acadêmica. No momento, já foi aprovado o uso de ar condicionado em ambientes fechados”, comentou Galvão.

Kate Lane, presidenta da Associação de Docentes da Universidade Federal Fluminense (Aduff SSind), relatou que na sua universidade foi criado, a partir da administração central da UFF, um grupo de trabalho para pensar o retorno às atividades presenciais. Depois de muita pressão da categoria, a Aduff SSind. foi chamada para participar do processo.

“Chegamos a fazer uma carta, a partir de uma reunião com os três segmentos - docentes técnicos e estudantes -, pontuando as questões das condições de trabalho para o retorno presencial. Mas, do final de 2021 para cá, até o retorno completo das atividades esse ano, a coisa não andou muito. Então, a gente tem um cenário que é assim: um pouco da reitoria se desresponsabilizando das condições para esse retorno e deixando muito ‘na conta’ de cada unidade ou departamento resolver”, comentou.

Segundo Kate, as unidades e departamentos criaram comitês locais para pensar as normas de segurança de cada unidade e departamento, a partir das suas demandas.

A presidenta da Aduff SSind., que é docente do Colégio Universitário (Coluni), contou um pouco da sua experiência. “A gente foi uma das primeiras unidades a voltar, em outubro do ano passado, quando ninguém da graduação ainda tinha retornado presencialmente. Voltamos com medidas de segurança bastante rígidas, que permitiu que conseguíssemos finalizar o ano passado sem ter nenhuma notificação de casos de covid-19. Agora, o cenário atual é de uma flexibilização total. Não há mais a exigência, por parte da reitoria, da necessidade do uso de máscara, nem distanciamento (no Coluni)”, disse.

Na primeira semana de maio, o colégio registrou ao menos três casos de contaminação - de uma professora e dois estudantes do sexto ano, segundo Kate Lane. “É preocupante que os casos estejam reaparecendo e a gente não tenha um protocolo muito claro da universidade sobre o que fazer”, alertou.

Ela acrescentou que no Coluni houve reforma nas salas de aula, mas a situação

não é a mesma em outros espaços. “Têm departamentos que estão caindo aos pedaços, que não têm sequer papel higiênico. Precisamos cobrar da reitoria também como estão as contas da universidade. Porque o reitor cansou de propagandear que economizou ‘a bessa’ durante a pandemia, mas a gente está vendo que têm unidades que estão sem nada, nada mesmo. Uma docente da Saúde Coletiva, por exemplo, falou que lá está tudo caindo aos pedaços e não tem condições de trabalhar”, contou.

Kate Lane reforçou que a categoria docente nunca foi contra o retorno às atividades presenciais, pelo contrário. Mas sempre se posicionou contrária à falta de condições de trabalho para que esse retorno aconteça de forma segura. “Isso sempre pontuamos, pois são bandeiras históricas nossas: as condições de trabalho docente, as questões de acesso e permanência estudantil, as condições de trabalho para os técnicos”, afirmou.

Helga Martins, presidenta da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Goiás, Campus Avançado de Jataí (AdCAJ SSind), conta que, no estado de Goiás, houve uma decisão judicial que buscou proibir a cobrança de passaporte vacinal inclusive nas universidades. Porém, a cobrança foi autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em fevereiro, o STF reconheceu a autonomia universitária em julgamento contra o despacho do Ministério da Educação (MEC), que tentou proibir a cobrança de passaporte vacinal.

Apesar da tentativa do MEC de barrar o passaporte e a exigência do uso de máscara, a maioria das instituições estão cobrando comprovante de vacinação e uso de máscara para ter acesso às dependências das universidades. Também divulgaram manuais com orientações e diretrizes para o retorno às atividades presenciais. “A não exigência do passaporte vacinal nos coloca num cenário de risco de contaminação, de risco à saúde, à integridade física, não só individual, mas à saúde pública como um todo”, afirmou.

Helga, que também é 2ª tesoureira da Regional Planalto do ANDES-SN, lembrou que o Sindicato Nacional aprovou, em diálogo com a base, um plano de segurança sanitária, que traz orientações para serem levadas pelas seções sindicais às administrações.

“O retorno presencial com segurança balizado no nosso plano sanitário nos dá condições para que continuemos, de maneira mais profunda, a nossa construção da luta nesse ano de 2022. É fundamental que nós ocupemos as ruas, dando sequência ao nosso calendário unificado de lutas, junto aos servidores públicos federais e demais trabalhadoras e trabalhadores”, ressaltou.

# 18 de maio: Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

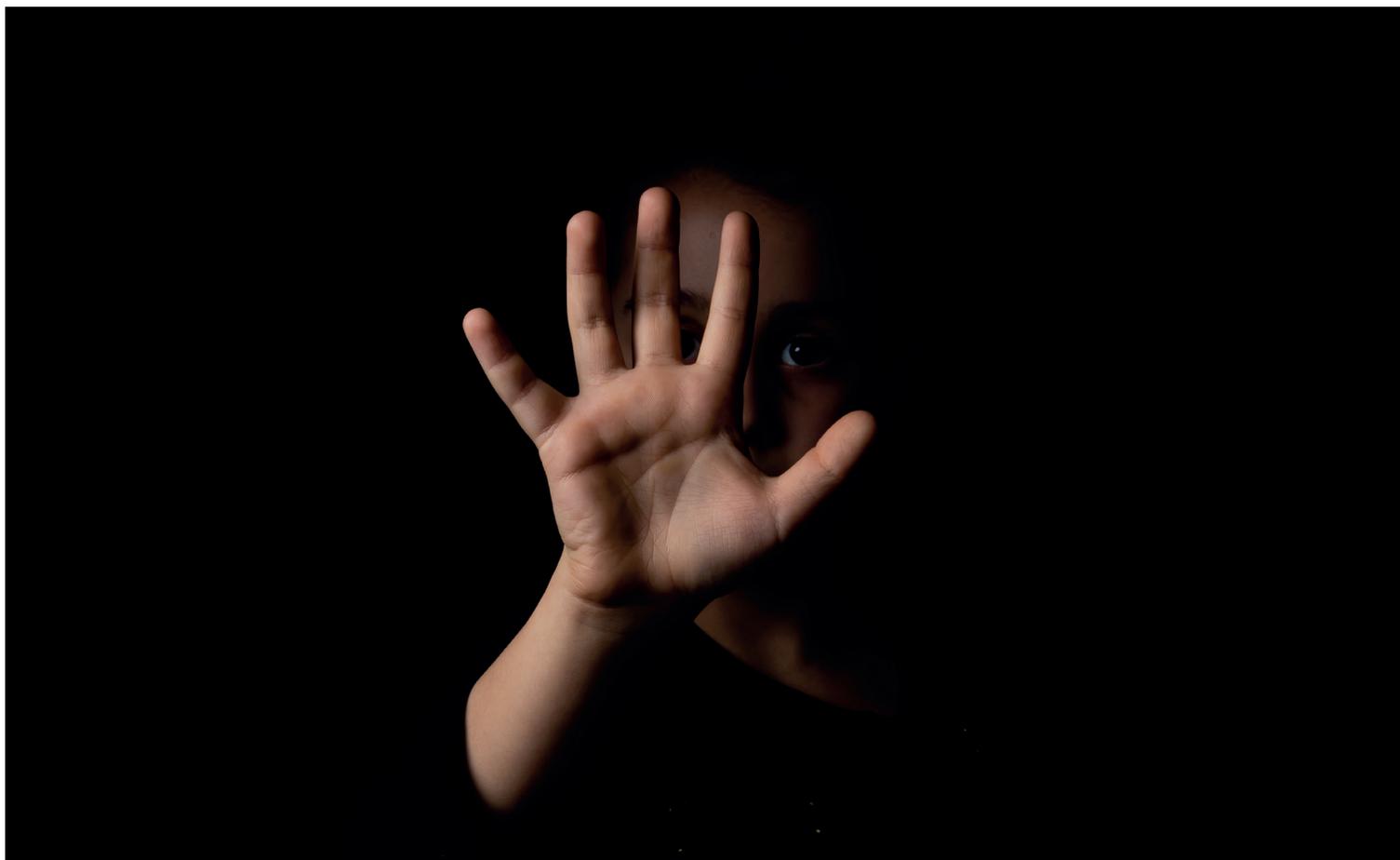


Foto: Shutterstock

O 18 de maio marca o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A data, incluída no calendário de lutas do ANDES-SN, propõe a reflexão sobre quais medidas têm sido adotadas, por Estado e pela sociedade, para proteger aquelas e aqueles que representam o futuro.

Para conseguir proteger as crianças é fundamental saber identificar sinais de alerta, justamente pelo caráter perverso da violência sexual, que muitas vezes acontece misturada aos cuidados esperados dos responsáveis. Nesse sentido, a missão de barrar atitudes impróprias extrapola as famílias e abrange o conjunto da sociedade. Todas e todos têm a obrigação de cuidar dos vulneráveis.

Grande parcela das pessoas não se furta à mobilização, como atestam campanhas das mais diversas organizações da sociedade civil. Uma delas, a “Pode Ser Abuso”, aponta para o fato de que a violência é algo que por vezes passa despercebido. O alerta da Fundação Abrinq chama a atenção para situações que ficam invisíveis

ou confundidas com manifestações normais de carinho.

Outra campanha que utiliza uma frase de impacto é a “Agora Você Sabe”. Anúncios em ônibus, entre outros locais, destacam a importância de refletir sobre situações normalizadas. Lançada pelo Instituto Liberta, rompe o silêncio e trata o constrangimento em relatar as violências sofridas como empecilho para transformar a sociedade, eliminando práticas nefastas.

Betina Barros, pesquisadora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), lembra que a dificuldade em situar o país em um ranking de violência infantil começa pelo fato de sequer termos uma sistematização de dados realizada de forma periódica e frequente. “Podemos afirmar que a violência letal, que atinge crianças e adolescentes, é bastante significativa”, afirma ela, ancorada em dados do relatório Panorama da Violência Letal e Sexual contra Crianças

## Violência sexual contra crianças e adolescentes



- 60,6% de todos os estupros registrados no Brasil, em 2020, foram contra meninas menores de 13 anos;
- 4 meninas foram estupradas por hora em 2020;
- mais de 21 mil meninas, entre 10 e 14 anos, engravidam por ano no Brasil;
- 6 entre 10 mães adolescentes não estudam nem trabalham;
- 4 a 8 anos é a idade da maior parte dos meninos vítimas de violência sexual;
- 86% das violências são praticadas por conhecidos;
- 67% dos casos acontecem dentro das residências.

\* informações Instituto Libertas

e Adolescentes no Brasil, produzido pela Unicef e o FBSP: só nos últimos 5 anos, 35 mil crianças e adolescentes foram mortos de forma violenta no Brasil.

“De fato, esse número é bastante evidente e coloca o Brasil, se não entre aqueles que mais matam, um [dos países] que assassina parte importante de suas crianças e adolescentes”, ressalta a pesquisadora.

O relatório da Unicef e FBSP, construído através de análise inédita dos boletins de ocorrência das 27 unidades da Federação, revela ainda que, nos últimos 4 anos, 180 mil meninas e meninos sofreram violência sexual no país. “Para outros tipos de crime, como maus tratos, estupros e exploração sexual, os dados ainda estão por ser reunidos, esforço esse que o Fórum vem fazendo nos últimos anos”, conta Barros.

### O lugar mais perigoso

A casa, considerada um local que deve oferecer proteção contra eventuais perigos que podem se apresentar no mundo exterior, nem sempre é lugar seguro para crianças e adolescentes.

Segundo o levantamento, crianças morrem, com frequência, em decorrência da violência doméstica perpetrada por um agressor conhecido, dentro do ambiente familiar. O mesmo vale para a violência sexual contra elas, cometida dentro de casa, por pessoas próximas. Já os adolescentes morrem, majoritariamente, fora de

casa, vítimas da violência armada urbana e do racismo.

A violência sexual é um crime que acontece, majoritariamente, da porta para dentro. Entre 2017 e 2020, foram registrados 179.277 casos de estupro com vítimas de até 19 anos, quase 45 mil casos por ano, na média. Um terço das vítimas tinha menos de 10 anos e quase 80%, meninas. Entre esses números assombrosos, uma informação horrível se destaca: 86% dos autores eram conhecidos.

Em todas as faixas etárias, meninos negros são o público mais vulnerável de todos. Até os 10 anos de idade, são os que mais sofrem no âmbito doméstico. Entre 10 e 14 anos, a prevalência passa a ser de mortes fora de casa, por arma de fogo e com autor desconhecido. Mais de 90% das vítimas de mortes violentas são meninos, e 80% são negros. Em proporção significativa, vítimas de intervenção policial.

Em 2020 – ano marcado pela pandemia de covid-19 –, houve uma queda no número de registros de violência sexual. Foram 40 mil registros na faixa etária de até 17 anos em 2017 e 37,9 mil em 2020. No entanto, analisando mês a mês, observamos que, em relação aos padrões históricos, a queda se deve basicamente ao baixo número de registros entre março e maio de 2020 – justamente o período em que as medidas de isolamento social

estavam mais fortes no Brasil. Essa queda provavelmente representa um aumento da subnotificação, não de fato uma redução nas ocorrências.

Entre os fatores que colocam crianças em situação de maior vulnerabilidade, Betina Barros destaca a dificuldade de acesso à escola, que é um equipamento essencial na denúncia e visualização da violência. “A pobreza e a crise social que o país está atravessando nos últimos anos não apenas aumenta a violência como, também, dificulta o registro, que é o primeiro passo para que alguma política de proteção possa ser realizada”, ressalta ela.

“Temos que lembrar também que questões estruturais como o racismo e a violência de gênero afetam as crianças como afetam os adultos, e devem ser destacadas quando se observa o fenômeno. Meninas negras estão mais propensas a sofrer estupro, abusos, exploração sexual e serem usadas para produção de pornografia infantil”, acrescenta.

O Fórum identificou apenas 1.093 casos de exploração sexual infantil e adolescente, sendo 83% meninas entre 15 e 17 anos. “Esse é um número bastante baixo dado que o crime é bastante relevante e claramente mais frequente do que o registrado, o que nos leva a visualizar como problemática a baixa notificação de casos”, destaca a pesquisadora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

### Violência contra crianças do povo Yanomami

Há tempos, os territórios indígenas sofrem invasões do garimpo ilegal, que deixa atrás de si um rastro de destruição, violência, alcoolismo e outros malefícios. Recentemente, um crime bárbaro em território Yanomami causou revolta e perplexidade de grande parte da sociedade brasileira, com repercussão internacional e profundo silêncio governamental.

O presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami e Yek'wana (Condisi-YY), Júnior Hekurari, denunciou em sua rede social a invasão da Terra Yanomami, mais precisamente a região de Waikás, próxima ao rio Uraricoera, uma das áreas mais devastadas pelo garimpo ilegal em Roraima. Lá, na comunidade Aracaçá, garimpeiros teriam raptado uma mulher, uma menina de 12 anos e uma criança de 4 anos. Segundo a denúncia, a menina foi estuprada e morta e a criança afogada em um rio.

Nos dias seguintes, descobriu-se que o local onde estava situada a aldeia foi incendiado e os 24 habitantes da comunidade haviam desaparecido. Depois localizados em outra comunidade próxima, os indígenas permanecem em silêncio – versões divergem entre terem sido ‘convencidos’ pelos garimpeiros em troca de 5 gramas de ouro ou calados por medo de represálias por parte dos invasores.

As investigações esbarram na falta de indícios que, segundo Hekurari, pode ser explicada pelos próprios procedimentos rituais de cremação, tradicionais entre os Yanomami. A destruição das provas se justifica na descrença nos órgãos oficiais para a elucidação do caso. O relatório “Yanomami Sob Ataque”, da Hutukara Associação Yanomami, corrobora o sentimento ao esclarecer que a Aracaçá está “em vias de desaparecimento” por conta da desagregação social provocada pelo garimpo ilegal na região.

# Encontro debate estratégias frente aos ataques e intervenções do governo Bolsonaro nas IFE



FOTO: LÍZARO MENDES

**D**urante dois dias (11 e 12 de maio), representantes de 30 seções sindicais, docentes de base, diretoras e diretores do Sindicato Nacional participaram do “Encontro das Universidades, Institutos Federais e Cefets em luta contra as intervenções”. O evento, uma deliberação do 40º Congresso do Sindicato Nacional, contou ainda com a presença de convidadas e convidados de entidades ligadas à Educação e do conjunto do funcionalismo público.

Foram realizadas três mesas temáticas e uma roda de conversa, que discutiram os diferentes aspectos das intervenções e as estratégias de resistência e enfrentamento local e nacional. De 2019 até o momento, pelo menos 25 Instituições Federais de Ensino (IFE) sofreram intervenções, seja com a nomeação de candidatos que estavam em segundo ou terceiro lugar na lista tríplice, seja com indicação de reitores e reitoras pró-tempore.

## Democracia, autonomia e estratégias de lutas

O primeiro debate abordou o “O ANDES-SN e projeto histórico de universidade: a defesa da democracia, da autonomia e as estratégias de lutas”, com exposições de Regina Ávila, secretária-geral do ANDES-SN; Elisabete Búrigo, docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Eblin Farage, docente da

Universidade Federal Fluminense (UFF).

Regina Ávila fez um resgate histórico da luta do ANDES-SN em defesa da educação, da autonomia e democracia na universidade. A criação do Sindicato e a construção do Caderno 2, por setores ligados à educação, segundo ela, apresentou à sociedade uma posição crítica sobre o ensino superior no país e propostas concretas para a universidade brasileira.

“A contribuição do ANDES-SN nas pautas de economia, democracia e liberdade vem no sentido de lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. E a história do ANDES-SN começa na resistência pela democratização e contra a ditadura empresarial-militar e se consolida como um sindicato definindo um projeto de educação brasileira e se colocando na luta da classe trabalhadora”, afirmou.

Para Elisabete Búrigo, é contraditório que, com a vigência da Constituição Federal de 1988, a qual instituiu a autonomia universitária, vigore a Lei 9.192/1995, que institui a nomeação de reitoras e reitores por meio da lista tríplice. Segundo ela, a lei afronta à Constituição.

“Até hoje, não conseguimos derrubar essa lei. E isso não acontece apenas porque não priorizamos essa luta, mas porque a existência dessa legislação é extremamente conveniente para o projeto neoliberal, que tem a universidade como alvo da precarização, terceirização e privatização”, disse.

Eblin Farage, uma das organizadoras do dossiê “Militarização do Governo Bolsonaro e Intervenção nas Instituições Federais de Ensino”, explicou que o conceito de militarização se intensificou no governo Bolsonaro, mas que o projeto é muito maior do que o atual governo.

“Ele é estruturante para manter uma população dependente e cada vez mais sob os domínios do autoritarismo. Então, esse debate sobre as intervenções nas universidades não pode ficar restrito ao âmbito das nossas comunidades acadêmicas. É necessário um diálogo profundo com a sociedade para entender qual o projeto de sociedade e de sociabilidade que queremos construir”, ressaltou.

## Aspectos políticos-jurídicos

Na tarde do dia 11, aconteceu a mesa “Intervenções nos Cefet, Institutos e Universidades Federais: aspectos políticos-jurídicos”, com Marcelise Azevedo, da Assessoria Jurídica Nacional do ANDES-SN (AJN/ANDES-SN), Mônica Nóbrega, vice-reitora não-empossada da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e Vicente Ribeiro, da Seção Sindical do ANDES-SN na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

A representante da AJN destacou pontos importantes sob a ótica legal e ressaltou as limitações que o jurídico tem para atuar frente às intervenções nas IFE. A advogada

lembrou que as ações no Supremo Tribunal Federal (STF) para barrar as intervenções são exemplos dessas limitações.

Marcelise ressaltou ainda que, além dos ataques à liberdade de expressão, de cátedra, os cortes orçamentários e intervenção na escolha de dirigentes, a categoria docente tem lidado diariamente com perseguição interna. “Nunca vimos tantos PADs [processos administrativos] como nesse último período”, acrescentou.

Na sequência, Mônica Nóbrega, vice-reitora eleita e não-empossada da UFPB, abordou a articulação do Fórum Nacional de Reitores e Reitoras não-empossados. Lembrou que, em várias instituições, os interventores não representam um projeto coletivo, e se sujeitam à situação por ambições próprias.

“As intervenções, em muitos lugares, não são projetos coletivos, são projetos individuais, que se apoiam nesse momento terrível que vivemos”, afirmou. “Estamos nessa miséria de universidades sem orçamento para o retorno presencial e esses interventores estão de boca calada e vão continuar assim”, denunciou.

Vicente Ribeiro, do Sinduffs SSind, relatou a luta da comunidade da Uffs contra a nomeação Marcelo Recktenvald, reitor interventor da universidade cujo nome não constava na lista tríplice. O pedido de destituição de Recktenvald já foi aprovado pelo Conselho Universitário (Consuni) e encaminhado a Jair Bolsonaro, que ainda não o acatou. De acordo com o regimento da Uffs, compete ao Consuni propor ao presidente da República a destituição do reitor, mediante aprovação de dois terços dos conselheiros.

“Há pouca regulamentação interna sobre o que é esse processo de destituição, nem na lei [da lista tríplice] está explícito. Importante conseguirmos mapear os caminhos, para pensarmos o que se pode fazer nesse sentido”, acrescentou.

## Troca de experiências e encaminhamentos

No dia 12, as e os participantes deram continuidade aos debates com a mesa “As intervenções e suas consequências para o ensino, a pesquisa e a extensão: autonomia universitária e a gestão democrática sob ameaça”.

Aline Faé, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), contou um pouco sobre a realidade na UFVJM, que está sob intervenção desde agosto de 2019. Segundo ela, a comunidade sofre com a usurpação dos papéis dos conselhos, cujos estatutos e regimentos são desrespeitados, com o adoecimento dos conselheiros e perseguição à membros da diretoria da Seção Sindical.

“A intervenção ameaça a democracia e, com isso, as decisões do colegiado não são respeitadas, assim como as decisões das congregações, dos conselhos consultivos e superiores”, disse. Aline também apontou o desmonte na política de permanência dos e das estudantes e como isso tem contribuído para a evasão.

Cléber Santos Vieira, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), afirmou que é fundamental defender as ações afirmativas, como as cotas raciais, é defender a democracia, o direito à educação e a democratização da produção de conhecimento e das atividades fins, materializada no tripé ensino, pesquisa e extensão.

“Defender essas políticas, sobretudo nos lugares onde elas têm sido mais atacadas, nas instituições sob intervenção, é lutar contra essas intervenções. [...] É um momento muito decisivo, no qual ainda tramita um PL que prevê a extinção do critério racial da Lei 12.711, retomando um debate antigo em que se dizia que no Brasil não existia o racismo e que o movimento negro queria ‘racializar’ a sociedade brasileira”, alertou.

Ethel Maciel, reitora eleita e não-empossada da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), afirmou que as intervenções trouxeram medo e insegurança à categoria docente e, ainda, o sentimento de desamparo das instituições. “As intervenções se iniciaram em 2019 e já mostraram como seriam os próximos anos. O medo se estabeleceu dentro das nossas instituições”, disse. “No nosso Fórum de Reitores há um grupo que está estudando a relação do corte orçamentário com as intervenções nas instituições federais, aonde ocorreram as intervenções os cortes foram menores”, relatou.

Bruno Rocha, presidente do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará (ADUFC-Sindicato), contou que a Universidade Federal do Ceará (UFC) está sob intervenção há três anos. A gestão, segundo ele, tem sido marcada por redução e cortes de bolsas estudantis, perseguições políticas, assédio moral e atos antidemocráticos do Conselho Universitário.

“A intervenção, mais que a nomeação de um interventor, é um projeto construído e vem com um conjunto de ações que se materializam e que contam, lamentavelmente, com o apoio de uma parcela dos nossos colegas docentes, o que demonstra que a universidade ainda tem esse perfil conservador e propenso a atos autoritários. Por isso, desenvolver a democracia universitária é um fator de grande relevância, para que a gente consiga efetivamente impedir esses arroubos

autoritários, que vêm desde a origem das nossas universidades”, ressaltou.

## Roda de conversa

Na sequência, aconteceu uma roda de conversa, durante a qual foram socializadas experiências vividas nas IFE com intervenção. Os relatos apontaram situações comuns, como a perseguição à comunidade acadêmica através de processos administrativos (PADs); tentativas de remover as sedes das entidades representativas das categorias de dentro das universidades e impedir manifestações; desrespeito às decisões dos Conselhos Universitários e outras instâncias deliberativas; tentativa de interferir na escolha de representantes desses órgãos, busca de parceiras com setores privados, cortes de bolsas e verbas, entre outros.

Regina Ávila, secretária-geral do ANDES-SN, ressaltou que a categoria docente tem um desafio muito importante nesse ano – mobilização dos servidores federais por reajuste salarial, indicativo de greve, recomposição orçamentária -, sem perder as particularidades do que significam as intervenções na escalada autoritária e para o projeto do Capital. “As propostas apresentadas aqui são importantes para que a gente possa pensar uma campanha que envolva ações concretas nas universidades, com a mobilização dos outros segmentos, em especial estudantes”, destacou.

Regina lembrou que o Encontro foi resultado da discussão da categoria e da articulação das seções sindicais das IFE em intervenção. “A mobilização e construção pela base é uma das coisas mais importantes que temos nesse sindicato e é o que faz a nossa luta”, destacou.

O ANDES-SN irá preparar um material com a sistematização dos debates dos dois dias de encontro.

## Lançamentos e momento cultural

No primeiro dia do encontro, após os debates, ocorreu o lançamento dos dossiês “Militarização do governo Bolsonaro e intervenção nas Instituições Federais de Ensino” e “A invenção da balburdia”, que abordam as intervenções nas IFE. E, na sequência, uma apresentação musical com a cantora Kika Ribeiro.

Confira aqui a cobertura do Encontro:



# Encontros internacionais reforçam a unidade contra os desmontes do serviço público

Durante o **40º Congresso do ANDES-SN**, realizado em março deste ano, foi deliberado que o Sindicato Nacional reforçará a luta unificada com setores de educação e trabalhadores de outros países, com objetivo de fortalecer os serviços públicos e a educação pública, além de organizar mais dois seminários internacionais.

Cumprindo com a decisão, representantes da diretoria do Sindicato Nacional participaram entre abril e maio de três encontros internacionais.

## Dijon, França



Ao longo de quatro dias, Regina Ávila, secretária-geral, e Luiz Blume, 3º secretário do ANDES-SN, participaram, junto com delegação da CSP Conlutas, do V Encontro da RSISL, organizado pela Rede Sindical de Solidariedade e de Lutas, na cidade de Dijon, na França.

Entre 21 e 24 de abril, foram discutidos temas que priorizam reforçar o sindicalismo de lutas, de forma democrática, ecologista e anticapitalista, contra todas as formas de opressão. Além das estratégias para lutar contra a precarização, privatização, desemprego, ameaças aos movimentos sociais e guerra na Ucrânia.

Além disso, um documento sobre a luta e resistência em defesa da educação pública no Brasil foi produzido, traduzido e apresentado pelos representantes do ANDES-SN. Regina destacou a importância de encontros internacionais periódicos, para entender a perspectiva dos outros países. "Foi importante para avaliar que não estamos sós e ver a dimensão do que significa as nossas lutas em defesa dos serviços públicos e que as críticas que a gente faz às contrarreformas são mundiais", pontuou.

## Roma, Itália



O 18º Congresso da FSM, organizado em Roma, Itália, entre os dias 5 e 7 de maio, teve como objetivo atualizar e discutir os princípios da luta de classes, internacionalismo e solidariedade entre trabalhadoras e trabalhadores, liberdades democráticas sindicais e a defesa do direito de organização e de greve. Na ocasião, Milton Pinheiro, presidente em exercício do ANDES-SN, em companhia de Elizabeth Barbosa, 1ª vice-presidenta da Regional Rio de Janeiro, participaram do encontro como ouvintes.

Para Elizabeth, o desmonte nos serviços públicos é pauta mundial, denunciada em quase todas as falas durante o congresso, assim como a precarização da previdência pública, do trabalho e os altos níveis de desemprego. "Começamos a perceber mais denúncias a respeito dos conglomerados privados, se movimentando e fazendo um ataque brutal, principalmente à educação pública. É um ataque mundial, o desmonte é assustador", disse.

## Barcelona, Espanha



Representantes de mais de 100 países se reuniram, entre 18 e 20 de maio, para a "Conferência Mundial de Educação Superior - Unesco", realizada em Barcelona, Espanha. Não houve convocação aos sindicatos e nem aos movimentos sociais defensores da educação pública, por isso, um ato foi organizado por entidades. Uma barreira policial tentou impedir que os manifestantes chegassem ao local do evento.

Oswaldo Coggiola, 1º vice-presidente da Regional São Paulo e encarregado de Relações Internacionais do ANDES-SN, acompanhou os dois dias do evento e destacou que, entre as mais de 80 mesas, não houve nenhuma menção à crescente privatização dos serviços públicos, além da forte presença do setor privado. Segundo o docente, não houve resolução final, apenas um mapa com objetivos até 2030. Coggiola destacou a transformação tecnológica e presença de empresas como Huawei, por exemplo. "Lutamos e conseguimos estar presentes, distribuimos o Manifesto do Movimento Social Pedagógico sobre as Conferências Mundiais da Educação Superior aos dirigentes da Unesco", disse.

Além dessas atividades, outras formas de luta internacional estão sendo avaliadas. Como fruto do processo de debate no Grupo de Trabalho de Política de Formação Sindicais (GTPFS), serão discutidas e analisadas as possibilidades de filiação a uma entidade internacional. A proposta será apresentada durante o 41º Congresso do ANDES-SN, que será realizado em Rio Branco (AC), em 2023.